



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00062

Brasília, 13 de junho de 2017.

Objetivo da reunião: Assuntos diversos
Horário e local: 15h - Gabinete SEG
Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Silvana Conceição Dias Soares	SUBSECRETARIO	SUEST
Marcos Teixeira	CHEFE DE SECAO	SEGESP
Marcos Antonio Kronenberger	SUPERVISOR DE SETOR	SETADE
Hayane Vilar Rezende Leal	ASSISTENTE III	SUEST
Maria Carolina de Souza Ribeiro	Diretora da Divisão de Planejamento Estratégico	TRF1
Rafaela Alvim Possas Bastos	Supervisora da Seção de Acompanhamento de Resultados Estratégicos Supervisora da Seção de Acompanhamen	TRF1
Vânia Regina Fernandes	Supervisora da Seção de Avaliação e Integração Estratégica	TRF1
Osair Victor de Oliveira Junior	Juiz Federal	TRF2
Pedro Hikaru Oishi	Coordenador de Gestão Estratégica	TRF2
Vinícius Drummond de Paiva	Coordenador - NUEST	TRF2
Sueli da Silva	Supervisora - NUEST	TRF2
Rosana Moraes Zonaro	Assessora de Desenvolvimento	TRF3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

	Integrado e Gestão Estratégica	
Vitor Neves Pereira	Supervisor da Seção de Planejamento Estratégico e Projetos	TRF3
Suzette Gomes de Souza	Assistente da Seção de Planejamento Estratégico e Projetos	TRF3
Lilia Dias da Silva	Assistente da Seção de Planejamento Estratégico e Projetos	TRF3
Gabriela Hara	Diretora da Divisão de Apoio em Gerenciamento de Sistemas Administrativos	TRF3
Rafael Nunes de Oliveira	Diretor do Núcleo de Gerenciamento de Informações Estatísticas	TRF3
José Carlos Bonato	APLANG	TRF4
Luiz Targino	Divisão de Desenvolvimento Institucional	TRF5

Pauta

1. Resolução 219 do CNJ

O Secretário de Estratégia e Governança do CJF, Ivan Bonifácio, solicitou aos tribunais que se manifestassem quanto às medidas já tomadas para atendimento da Resolução CNJ n. 219/2016. O TRF5 informou que foi designado grupo de trabalho para atendimento da resolução e que este levantou uma série de questionamentos acerca da aplicabilidade da norma, tais como o quadro próprio de cada órgão e a centralização de algumas atividades administrativas no TRF, e que, apesar dessas questões, a lotação paradigma será publicada. O TRF1 informou que já foram feitos os questionamentos formais ao CNJ e que aquele órgão de controle já se manifestou no sentido de a 1ª Região já está ajustada aos critérios da Resolução. O TRF 4 comentou que o entendimento da região é que a citada resolução não se aplica à Justiça Federal e concorda que o CJF atue junto ao CNJ para suspensão do normativo para o segmento. O TRF3 também já criou grupo de trabalho para análise da Resolução e que o resultado foi a sugestão de um novo cálculo e a contestação de vários aspectos de difícil aplicação. Nos próximos dias publicarão a lotação paradigma e foi comentado que aprovam a atuação do CJF junto ao CNJ para adequação da norma à Justiça Federal. O TRF2 concorda com o posicionamento do CJF quanto à necessidade de adequação da norma para a Justiça

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Federal e que o prazo dado para cumprimento seja suspenso. Ficou deliberado que o Secretário de Estratégia e Governança levará o posicionamento dos TRFs para a Administração Superior e que a Presidência, conforme já deliberado anteriormente, enviará ofício ao CNJ para prorrogação do prazo de cumprimento e realização de estudo para ajuste da norma.

2. Envio de dados do módulo de produtividade

Foi solicitado aos tribunais que encaminhem os dados referentes ao módulo de produtividade, já enviados ao CNJ, conforme já deliberado. Os Tribunais comentaram as dificuldades de acesso que tiveram para envio dos dados, mas que os problemas já foram sanados. O CJF solicitou que sejam enviados todos os dados retroativos, já enviados ao CNJ, até a próxima sexta-feira, dia 9/6.

3. Alimentação do sistema de metas

Foi solicitado aos tribunais que façam um esforço para alimentar os sistemas de metas (nacionais e específicas), tendo em vista a necessidade de se analisar e dar publicidade aos resultados. O TRF4 mencionou a importância de que os dados sejam apresentados com prazos mais curtos, sugerindo que o glossário de metas seja publicado, nos próximos anos, no mês de janeiro, possibilitando a coleta a partir do início do ano. Os tribunais se comprometeram a alimentar os dados com a maior brevidade possível.

4. Portfólio de projetos

O Secretário de Estratégia e Governança do CJF, Ivan Bonifácio, comentou sobre a necessidade de divulgar melhor os projetos estratégicos. Para tanto, lançou a ideia de que sejam gravados vídeos curtos (2 minutos), onde o gestor apresentaria seu projeto incluindo benefícios, resultados, seguindo o modelo do "pitch de projetos". As áreas de comunicação apoiarão os gestores. Todos os tribunais se manifestaram positivamente em relação à proposta. O TRF1 sugere a revisão Plano Estratégico da Justiça Federal, que foi construído em 2014, num diferente cenário orçamentário, principalmente no que diz respeito às iniciativas estratégicas nacionais.

5. Planejamento estratégico de TI

O PETI foi aprovado na 4ª reunião do CGI, porém, há necessidade de aprovação do Glossário de metas. Foi informado aos TRFs que o material foi analisado pelo Sistema de Tecnologia da Informação, SIJUS. O material será enviado para conhecimento das áreas de estratégia. O TRF2 solicitou que as áreas de gestão estratégica sejam mais envolvidas nas discussões referentes à estratégia de Tecnologia da Informação.

6. Plano de ação de governança

A respeito das recomendações de governança encaminhadas aos tribunais com a solicitação de elaboração de plano de ação, foi questionado qual prazo para retorno das informações. Todos os tribunais informaram que as informações serão enviadas até 30/6, com exceção do TRF1, que não havia recebido o ofício e precisará contatar todas as Seccionais e do TRF4, onde houve troca de gestão e só terá condições de enviar em 31/7.

7. II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal - Informes

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

O Secretário de Estratégia e Governança do CJF, Ivan Bonifácio, comentou que houve alteração da data prevista para o II Encontro para o mês de setembro, no dia da Sessão do Colegiado ou no dia seguinte. Tendo em vista os cortes orçamentários, Ivan questionou os tribunais acerca da possibilidade de que cada órgão custeie as passagens e diárias de seus participantes. Os tribunais entendem que é possível, mas precisam consultar as respectivas Diretorias Gerais. O TRF1 informou que já havia conseguido a autorização para custear as passagens de 2 servidores por seccional e que o encontro regional, previsto inicialmente para ocorrer nos dias 9 d 10 de agosto, provavelmente será adiado para setembro, um dia após a realização do encontro do CJF, conforme previsto na Resolução TRF1 Presi 29/2014. O TRF4 sugeriu que a proposta de realização do evento seja levada ao Colegiado, pois, uma vez deliberado em Sessão, os Presidentes já teriam ciência do Encontro e poderiam arcar com a vinda dos participantes de sua região.

8. Situação PJe

O Secretário de Estratégia e Governança do CJF comentou que o Corregedor Geral da Justiça Federal assinou acordo de cooperação com o Presidente do TRF4 para implantação imediata do sistema E-Proc na Turma Nacional de Uniformização.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Envio da consulta e resposta do CNJ referente a Resolução 219.	TRF1	08/06/2017
2.1	Enviar módulo de produtividade ao CJF	TRFs	09/06/2017
5.1	Enviar última versão do PETI e Glossário de Metas para as áreas de estratégia.	CJF	08/06/2017

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA